

# Camponeses de Monte Negro e Alto Paraíso em situação de risco

Na última semana duas mortes ocorreram próximas a Buritis, no Vale do Jamari. Esta é uma das regiões de Rondônia com mais conflitos agrários. Segundo camponeses acampados nos locais, os dois mortos eram pistoleiros que trabalhavam para latifundiários.

É indispensável conhecer a história da região e os fatos mais recentes. Há mais de vinte anos o Incra criou assentamentos da reforma agrária nas Glebas Rio Alto e São Sebastião, que somam aproximadamente duzentos mil hectares e se estende por 7 municípios: Governador Jorge Teixeira, Campo Novo de Rondônia, Buritis, Monte Negro, Cacaulândia, Jaru e Mirante da Serra. As terras chegaram a ser cortadas pelo INCRA em pequenos lotes de 50 hectares e poderiam atender até 4 mil famílias. Mas nenhum camponês foi assentado. Comentam-se na região que funcionários corruptos do INCRA davam orientações a latifundiários e fazendeiros grileiros. A maior parte delas hoje é latifúndio ou fazenda (média propriedade). Veja no link mapas do Incra feitos na época: <https://1drv.ms/lqHyWiR>

Em 2013, camponeses criaram o acampamento Monte Verde em parte destas terras: a Fazenda Padre Cícero, na linha 9, em Monte Negro. A área tem 3000 hectares e quem se diz dono é o latifundiário Nadir Jordão dos Reis. Outras tomadas de terra têm ocorrido na região, como o acampamento 10 de maio, localizado na Fazenda Formosa, na linha 54 de Alto Paraíso. As terras somam 3500 hectares e o suposto proprietário é o latifundiário Caubi Moreiro Quito.

As cerca de 80 famílias vêm sofrendo várias violências. Em julho do ano passado foram despejadas pela polícia militar. Camponeses do acampamento Monte Verde denunciaram que o latifundiário Nadir Jordão dos Reis contratou pistoleiros que atuaram junto com policiais no despejo. 13 camponeses foram presos, incluindo mulheres e crianças, cinco encarcerados sem julgamento até hoje. Eles denunciaram ameaças de morte, agressões e maus tratos por parte dos pistoleiros, policiais e latifundiário.

O advogado do acampamento Monte Verde, Dr. Ermógenes Jacinto, denunciou que recebeu ameaças de morte por defender os camponeses. A CPT – Comissão Pastoral da Terra lembrou bem em sua página da internet que como a terra é da União “a justiça estadual de Ariquemes teria que reconhecer a competência da Justiça Federal em julgar o conflito e suspender a reintegração de posse concedida aos fazendeiros que grilaram a terra.” E mais, como houve “conflito agrário, deveria ser julgado por juiz da Vara Agrária, e não pela justiça comum.”

## **Barrar a violência contra os camponeses em luta pela terra**

Alguns veículos de comunicação a serviço dos grandes proprietários se apressaram a condenar as lideranças camponesas de bandidos e de acusar a LCP pelas mortes. O Canal 35 de TV e a página da internet Ariquemes190 afirmaram:

**“Movimento LCP executa trabalhador após emboscada em Fazenda”.**

Isto não é só mau jornalismo. Estes veículos expressam o pensamento e a vontade da classe latifundiária. E tem o objetivo de enganar e iludir a população e de pressionar o velho Estado a reprimir os camponeses.

O Vale do Jamari está a beira de um confronto agrário de proporções muito grandes pela combinação de vários fatores: é palco de grilagem de terras públicas, cometido por latifundiários há anos; e a região sofre desemprego crônico, além da crise econômica geral que o país enfrenta; a falência completa da “reforma agrária” do governo e a criminalização da luta pela terra por parte do governo federal, especialmente da Ouvidoria Nacional dos Latifundiários, e a única presença que o estado tem na região é com suas policias para dar apoio aos latifundiários.

Os camponeses precisam de todo apoio para se defenderem da violência do latifúndio, dos pistoleiros e órgãos do velho Estado. Ajudem a denunciar e a cobrar providências do governador Confúcio Moura, do Ouvidor Nacional dos Latifundiários Gercino José e da presidente Dilma.

**Queremos terra, não repressão!**

**Conquistar a terra, destruir o latifúndio!**

**LCP – Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e Amazônia Ocidental**

Jaru, 12 de outubro de 2014